MANIFESTO CONFAGRI

POR UM SETOR AGROALIMENTAR MAIS COMPETITIVO, RESILIENTE E CAPAZ DE INVESTIR

INTRODUÇÃO

A agricultura e o setor agroalimentar são ativos estratégicos para Portugal.

Num contexto internacional marcado pela instabilidade geopolítica, volatilidade dos mercados, pressões sobre os custos de produção, alterações climáticas e crescentes desafios à segurança alimentar, a capacidade de um país produzir alimentos, gerir os seus recursos naturais e assegurar o abastecimento das populações é uma condição de resiliência económica, coesão territorial e autonomia estratégica.

Os últimos anos demonstraram que a segurança alimentar não pode ser considerada adquirida. Conflitos internacionais, perturbações nas cadeias de abastecimento, aumento dos preços da energia e dos fatores de produção e fenómenos climáticos extremos expuseram vulnerabilidades e voltaram a colocar a capacidade produtiva dos países no centro das prioridades económicas e políticas.

Portugal não pode, neste contexto, permitir que a sua agricultura perca competitividade nem que os produtores nacionais enfrentem condições mais desfavoráveis do que os seus principais concorrentes.

Não existe uma cadeia agroalimentar forte sem uma produção agrícola forte.

E não existe produção agrícola forte sem empresas e explorações economicamente viáveis, capazes de investir, inovar, incorporar tecnologia, responder às exigências ambientais e atrair uma nova geração para o setor.

A competitividade da agricultura portuguesa não depende, porém, exclusivamente da capacidade ou eficiência dos agricultores e das suas organizações. É fortemente condicionada pelas **condições económicas, financeiras, energéticas, regulamentares e administrativas em que desenvolvem a sua atividade**.

É precisamente neste domínio que Portugal enfrenta hoje decisões particularmente relevantes.

Por um lado, **os custos da energia e dos combustíveis** continuam a colocar os produtores portugueses perante uma **desvantagem concorrencial face a Espanha**, um dos nossos principais concorrentes e parceiros comerciais.

Por outro, está em causa o futuro da **Política Agrícola Comum e do financiamento europeu à agricultura**, num momento em que o setor necessita de aumentar, e não de diminuir, o

investimento para responder aos desafios da competitividade, sustentabilidade, gestão da água, inovação, conhecimento e bioeconomia.

Finalmente, agricultores, cooperativas e empresas continuam confrontados com **custos de contexto, procedimentos administrativos complexos, morosidade nos licenciamentos e múltiplas obrigações e pareceres**, que retiram capacidade de investimento e constituem uma barreira à entrada de novos agricultores e investidores.

Estas três questões têm uma característica comum: não dependem exclusivamente de quem produz. Dependem de decisões de política pública.

É neste contexto, e assumindo o agroalimentar como um setor estratégico para a economia e para o futuro do país, que a CONFAGRI apresenta ao Governo três medidas que considera urgentes para reforçar a competitividade da produção nacional e criar condições para aumentar o investimento no setor agroalimentar português.

TRÊS MEDIDAS URGENTES PARA A COMPETITIVIDADE DO AGROALIMENTAR

1. HARMONIZAR AS CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE NOS CUSTOS DA ENERGIA E DOS COMBUSTÍVEIS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

A energia e os combustíveis representam fatores essenciais da atividade agrícola e agroalimentar e têm um peso determinante nos custos de produção.

As diferenças existentes entre Portugal e Espanha nesta matéria colocam os produtores nacionais perante uma **desvantagem competitiva particularmente grave**, uma vez que Espanha é simultaneamente um país vizinho, um dos nossos principais parceiros comerciais **e um concorrente direto da produção portuguesa** em numerosos mercados.

Esta assimetria tornou-se ainda mais evidente no atual contexto de instabilidade internacional.

No caso do gasóleo colorido e marcado utilizado na agricultura, **a diferença resultante dos apoios concedidos aos setores produtivos nos dois países ronda, atualmente, os 20 cêntimos por litro**, penalizando diretamente a competitividade dos produtores portugueses.

Não é sustentável exigir à agricultura nacional que concorra no mesmo mercado quando os custos de fatores de produção essenciais são significativamente diferentes à partida.

A CONFAGRI considera, por isso, prioritário que o Governo adote medidas que permitam **aproximar as condições suportadas pelos agricultores portugueses das existentes em Espanha**, designadamente nos custos da energia e dos combustíveis utilizados na atividade agrícola.

A CONFAGRI PROPÕE:

A adoção urgente de mecanismos que eliminem ou reduzam significativamente o diferencial dos custos da energia e dos combustíveis suportados pelos produtores portugueses face aos seus concorrentes espanhóis, assegurando condições efetivas de concorrência à produção nacional.

A competitividade da agricultura portuguesa começa pela garantia de que os seus produtores **não partem em desvantagem relativamente aos produtores com quem concorrem diretamente.**

2. DEFENDER UMA PAC FORTE E GARANTIR FINANCIAMENTO NACIONAL PARA AUMENTAR O INVESTIMENTO NA AGRICULTURA, FLORESTA E BIOECONOMIA

O futuro da agricultura portuguesa será profundamente condicionado pelas decisões atualmente em discussão sobre a próxima Política Agrícola Comum e o novo enquadramento financeiro europeu.

A proposta apresentada pela Comissão Europeia aponta, segundo a análise da CONFAGRI, para **uma redução de aproximadamente 17% relativamente à dotação financeira anterior da PAC** e para uma nova arquitetura de financiamento que altera significativamente as condições de acesso aos recursos destinados ao investimento agrícola.

Áreas essenciais para a modernização e competitividade do setor — entre as quais **bioeconomia, conhecimento, inovação e gestão da água** — passam a depender de uma arquitetura em que agricultura e coesão disputam recursos dentro de um fundo único.

Neste modelo, a decisão sobre os montantes destinados aos diferentes setores e respetivas taxas de cofinanciamento passa a depender, em larga medida, das opções tomadas por cada Estado-Membro.

Esta alteração aumenta significativamente a responsabilidade nacional.

O futuro do investimento na agricultura portuguesa não dependerá apenas de Bruxelas. Dependerá também das prioridades que Portugal decidir estabelecer.

Para a CONFAGRI, esta é uma questão determinante.

Num momento em que se exige à agricultura que seja simultaneamente mais competitiva, mais sustentável, tecnologicamente mais avançada, mais eficiente na utilização da água e mais resiliente às alterações climáticas, **reduzir o investimento seria caminhar precisamente na direção contrária àquela que o país necessita.**

A CONFAGRI PROPÕE:

Que Portugal defenda, no processo negocial europeu, a manutenção da dotação financeira da Política Agrícola Comum e assegure, no plano nacional, um envelope financeiro claramente identificado e destinado à agricultura, floresta e bioeconomia.

A CONFAGRI considera ainda necessário um **compromisso político ao mais alto nível** para que, adicionalmente às verbas *ring-fenced*, sejam destinados **pelo menos 10% da dotação total dos planos de parceria nacionais e regionais ao desenvolvimento sustentável e ao investimento na agricultura, floresta e bioeconomia**.

Estes recursos são indispensáveis para assegurar investimento, inovação, competitividade e sustentabilidade e para promover um desenvolvimento territorial mais equilibrado.

Portugal deve investir mais , e não menos, na sua capacidade de produzir.

3. DESBUROCRATIZAR, SIMPLIFICAR E REDUZIR OS CUSTOS DE CONTEXTO DA ATIVIDADE AGROALIMENTAR

A competitividade não se mede apenas pelo preço da energia, pelo custo dos fatores de produção ou pela disponibilidade de financiamento.

Mede-se também pelo **tempo, recursos e capacidade que agricultores, cooperativas e empresas são obrigados a desviar da sua atividade para responder a procedimentos administrativos**.

Licenciamentos de novas explorações, candidaturas e acesso a apoios públicos, obrigações declarativas, sucessivos procedimentos administrativos e a necessidade de obtenção de múltiplos pareceres vinculativos de diferentes entidades da Administração Pública representam hoje custos de contexto significativos para o setor agroalimentar.

A acumulação de procedimentos, a complexidade das regras e a morosidade das decisões traduzem-se em **atrasos no investimento, custos adicionais e perda de competitividade**.

Mas existe uma consequência ainda mais estrutural.

Portugal precisa de atrair uma nova geração para a agricultura. Não é coerente afirmar a renovação geracional como prioridade e, simultaneamente, sujeitar quem pretende instalar-se ou investir no setor a um sistema administrativo complexo, moroso e pouco previsível.

A burocracia não pode tornar-se uma barreira à entrada na agricultura nem um incentivo ao abandono da atividade.

A CONFAGRI PROPÕE:

A criação de um programa efetivo de simplificação administrativa para o setor agroalimentar, com redução de procedimentos, eliminação de obrigações redundantes, articulação entre entidades públicas e definição de prazos claros de decisão para licenciamentos, pareceres e processos de acesso aos apoios.

A Administração Pública deve evoluir de uma lógica predominantemente procedimental para uma lógica de **facilitação do investimento, sem diminuir as exigências de legalidade, segurança ou proteção ambiental**.

Simplificar não significa desregular.

Significa criar **regras claras, processos proporcionais, decisões atempadas e um Estado capaz de acompanhar quem produz e quem quer investir**.

A desburocratização deve constituir, por isso, não apenas uma medida administrativa, mas uma verdadeira **política de competitividade e renovação geracional para a agricultura portuguesa**.

UM COMPROMISSO COM A CAPACIDADE PRODUTIVA DE PORTUGAL

Estas três medidas respondem a problemas diferentes, mas convergem num mesmo objetivo: **garantir que Portugal mantém uma agricultura economicamente viável, competitiva e capaz de investir.**

Não se pode exigir mais inovação sem investimento.

Não se pode exigir maior sustentabilidade sem viabilidade económica.

Não se pode defender a produção nacional permitindo que os produtores portugueses concorram em condições estruturalmente mais desfavoráveis.

E não se pode falar de renovação geracional mantendo obstáculos que afastam precisamente aqueles que queremos atrair para a agricultura.

A agricultura, a floresta e a bioeconomia são parte da resposta aos grandes desafios económicos, ambientais e territoriais que Portugal enfrenta.

Produzir em Portugal é criar riqueza, preservar território, gerar emprego, reduzir dependências e reforçar a capacidade de resposta do país perante futuras crises.

A CONFAGRI apela, por isso, ao Governo para que estas três prioridades sejam assumidas como parte de uma **agenda nacional para a competitividade do agroalimentar português**:

1. Condições de concorrência equilibradas nos custos da energia e dos combustíveis.
2. Uma PAC forte e financiamento adequado para aumentar o investimento na agricultura, floresta e bioeconomia.
3. Uma verdadeira política de simplificação e redução dos custos de contexto.

São três decisões de política pública, mas representam uma escolha maior:

criar hoje as condições para que Portugal continue a produzir amanhã.